



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua**  
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000  
Telefone: 11-2833-4150  
**PROCESSO 6074.2024/0007299-7**

**Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 126319426**

**ATA DE REUNIÃO Nº 50**

**SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA**

REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2025

**Participantes Governo:** Karen Barbosa (SMDHC), Maria Luiza Quirino (SMDHC), Erico Casagrande (SMSUB), Mary Luciana de da Cunha Silva (SMADS).

**Participantes Sociedade Civil:** Hari Kraemer, André Aio, Adriana Ribeiro, Alexandre Claudio, Gisele Abreu.

**Participantes Organização Social:** Cleiton Ferreira (É de Lei), Mabel Andrade (EAB), Darcy Costa (Cisarte), Beatriz Clemente (Fórum da Cidade).

**Convidado:** Roberta Cristina (SMDHC) Daniela Santiago (SMDHC), Alderon (Rede Rua), Roseli Kraemer, Cris Silva (MNPR), Marxseny Medeiros (SMDHC), Michael Garcia (Recifran), Aline (Recifran), Julia Lima.

**Às 15:15 horas do dia 30 de abril de 2025**, via Teams, reuniram-se os presentes participantes citados acima.

A reunião teve seu início com Karen apresentando as representantes da SMADS, sendo elas Mary Luciana da Cunha e Thais Santos. Karen menciona que existem algumas demandas e pautas que foram discutidas previamente com Thais, contudo, quem se faz presente nesta reunião é Mary.

Mary se apresenta, informando seu papel como assessora técnica dentro da SMADS. Ela detalha que ainda está em processo de análise dos relatórios e denúncias existentes.

Karen ressalta que a reunião está sendo gravada e esclarece que o tempo de fala sugerido é de 3 a 5 minutos, não como uma forma de controle, mas para assegurar que todos tenham a oportunidade de se manifestar durante a reunião. Em seguida, ela concede a palavra a André.

André relata sobre ações de Zeladoria Urbana envolvendo o uso de spray de pimenta em uma determinada ação e solicita que Mary se informe sobre essa denúncia e um vídeo relacionado ao caso.

Mary responde a André, explicando que ainda não teve acesso a esses relatórios devido aos prazos, mas que aguardará a entrega para poder se inteirar das denúncias. Ela informa que a responsabilidade sobre o comportamento da zeladoria e suas ações compete a outra secretaria, e não à SMADS. No entanto, enfatiza que, independentemente da situação de rua da pessoa, seus direitos devem ser respeitados.

Mary solicita, ainda, que lhe seja fornecido posteriormente o endereço e a localização de onde o ocorrido se deu, para que possa apurar junto ao SEAS que atende à região.

Érico Casagrande se manifesta, informando que representa a Secretaria Municipal de Prefeituras e que existe um departamento de Zeladoria Urbana. Segundo seu relato, o departamento conta com diversos

servidores de várias secretarias e não utiliza spray de pimenta. Caso o incidente tenha ocorrido, ele considera necessário obter mais informações. Ele relata que precisa saber qual subprefeitura foi envolvida e que, sem essa informação mais precisa, não é possível tomar uma atitude. Contudo, havendo a localização, ele poderá tomar as providências cabíveis.

Alderon, o próximo a se manifestar, informa que trouxe Verónica e Mauricio para tratar de uma denúncia datada de 15 de março. Alderon expressa que o relato deles é delicado e solicita a compreensão de Érico para auxiliar no processo.

Alderon apresenta outra pauta referente às ações da zeladoria, mencionando que já reportou a situação diretamente à coordenação Pop.Rua e pede que a informação seja encaminhada a Érico, constando no relatório do mês de abril.

Dirigindo-se a Mary, Alderon questiona se o procedimento de notificar a SMADS sobre todas as ações de zeladoria está sendo cumprido e se a SMADS está acompanhando tais ações, inclusive se deveria comparecer previamente. Solicita a Karen que, ao abordar a pauta de Mauricio, conceda prioridade devido ao horário em que eles precisam retornar ao albergue.

Mary responde a Alderon, informando que alguns SEAS receberam o cronograma, mas que a distribuição não foi universal. Adicionalmente, ela relata que, embora alguns SEAS tenham recebido o cronograma, ocorreram ações que não estavam previstas, conforme relatos dos usuários. Ela menciona que em alguns territórios, há informações de que alguém da própria zeladoria avisa previamente, enquanto em outros, as equipes simplesmente chegam, muitas vezes acompanhadas da GCM. Mary esclarece que, quando o SEAS recebe o cronograma, a comunicação é feita com 72 horas de antecedência, orientando as pessoas em situação de rua a separar seus pertences para evitar que sejam levados. Em regiões onde o SEAS não recebe o cronograma, eles realizam avisos antes mesmo das ações da Zeladoria.

Anderon volta a se dirigir a Mary e menciona que a legislação estabelece que todas as subprefeituras devem seguir esse procedimento. Ele manifesta o desejo de incluir na pauta qual encaminhamento o subcomitê poderia adotar para definir uma forma de cobrar das subprefeituras o aviso prévio às pessoas em situação de rua sobre as ações de zeladoria.

Cleiton Ferreira, o próximo a se manifestar, inicia seu relato sobre um acontecimento na Cracolândia. Ele detalha uma situação específica e menciona algumas ações de redução de danos, incluindo a distribuição de água. Ele relata a tranquilidade das conversas com a polícia, descrevendo uma troca positiva. No entanto, o ponto central de sua intervenção é uma prática da Guarda Civil Metropolitana (GCM) que impede a entrega de alimentos dentro do fluxo de usuários. Ele informa que já tinham conhecimento dessa restrição e conversaram com o pessoal da assistência social. Cleiton direciona uma pergunta a Mary, da SMADS, questionando o motivo pelo qual não se pode entregar água nas cenas de uso. Ele expressa sua preocupação, pois pessoas em uso podem ter dificuldades de locomoção, e a desidratação causada pelo uso de substâncias é um risco significativo. Ele pergunta como o caso pode ser dialogado.

Mary responde a Cleiton, pedindo desculpas por não ter uma resposta imediata sobre a questão, mas se compromete a buscar um retorno para a próxima reunião.

Cleiton solicita ao comitê que cobre a presença da Secretaria de Segurança na reunião, argumentando que, se a entrega de água não é permitida, seja considerada a instalação de algum ponto fixo de hidratação para as pessoas dentro da área da Cracolândia.

Prosseguindo com a reunião, Roseli Kraemer manifesta seu repúdio às ações da zeladoria urbana, considerando o ocorrido uma violação de direitos humanos. Ela salienta a importância da presença da Assistência Social e do Consultório na Rua durante essas operações, visando a proteção das pessoas em situação de rua, e reafirma que o propósito da zeladoria é a higienização do espaço, e não a remoção de indivíduos. Ela apela para que se observe a situação das carroças, mencionando relatos de pessoas que perdem seus instrumentos de trabalho e que, inclusive, são cobradas para recuperá-los.

Roseli comunica que participa do programa de auxílio aluguel e solicita esclarecimentos acerca da lentidão da fila, expressando o desejo de agendar uma reunião para debater esses aspectos. Ela faz um apelo para

que os órgãos de direitos humanos e a SMADS marquem presença na Vila Moinho, requerendo uma visita ao local, dada a apreensão dos moradores em relação à perda de seus pertences. Ela menciona, ainda, a remoção de cachorros das ruas, indagando sobre seu destino.

Roseli exorta a Secretária de Direitos Humanos a exercer seu papel, realizando uma visita e promovendo uma escuta da comunidade. Ela menciona o uso direto de gás de pimenta e solicita uma reunião com representantes da segurança, GCM e PM, para obter explicações sobre essa violência.

Mary responde a Roseli, solicitando informações sobre a localização da comunidade da Vila do Moinho para verificar a existência de serviços de atendimento na área e para possibilitar a realização de visitas. Quanto ao benefício Reencontro, ela esclarece que não é de sua competência direta, mas que há setores específicos dentro da SMADS responsáveis por essa questão. Ela informa que trará uma resposta na próxima reunião. Roseli, por sua vez, manifesta o desejo de uma articulação entre a SMADS e o NDS, com a participação de todos os conselheiros, para alinhar esses pontos.

Karen salienta que já foi enviada uma convocatória ao NDS e que houve contato com a coordenadora, que havia confirmado a presença de um representante, o qual, infelizmente, não compareceu à reunião. Karen informa que novas tentativas de contato serão feitas até que se obtenha êxito.

Gisele, a próxima inscrita, aborda os ataques sofridos e menciona Lucas Amaral, Hari Kraemer e Roseli. Ela informa que tirou "print" da reunião e está gravando também para sua defesa e para controle do tempo dos demais participantes da reunião. Relata que ela é desse jeito e que ninguém irá calá-la. Dirige-se a Roseli e informa que estava observando e que Roseli aprendeu com ela a gritar. Detalha que em outras muitas vezes foi cortada da reunião e que falam que ela fala mais de 3 minutos.

Gisele segue falando que não a aceitam dentro do comitê e que é mãe de cinco pessoas e que esta já faz seis anos que ficou em situação de rua e que na Vila Reencontro já irá para dois anos. Detalha que esteve somente em um local de moradia e que no Hotel Vitória tem amizade com as pessoas e saiu de lá porque ela optou por isso. Gisele segue falando que estão falando sobre a carta de crédito e que ela não aceitou, porque querem calá-la. Informa que a luta dela é de todos e não só dela e que isso não é ganhar, porque ainda teria que pagar durante 30 anos algo que não era dela. Ela informa que não quer auxílio reencontro e que quem foi voltou e a maioria está passando fome, porque não se tem articulação, não tem estrutura, não tem encaminhamento para nada. Detalha que se tem que ir para o auxílio e que a maioria das vezes se sai do sistema, mas o sistema não sai da pessoa. Informa que a prefeitura tirou a casa dela e isso foi uma violação. Gisele destaca que ela irá escolher onde morar e não aceitará qualquer coisa.

Gisele ainda traz a questão da abordagem do SEAS para Mary e detalha que isso não acontece. Em relação à zeladoria urbana, onde se deveria ter uma abordagem antes, não há. Informa que o acolhimento não acontece.

Gisele detalha também que um joga para o outro, quando não é a SEPAS é o 156, e quem sofre é a pessoa em situação de rua. Informa que há relatório mentiroso e que teve caso de recém-nascido na chuva. Detalha sobre pais que são usuários ou dão desculpas, e que o bebê não tem que pagar pelo erro dos pais e que isso tem que acabar, que a criança não deve pagar pelas atitudes do pai. Gisele informa que isso tem que acabar, porque não é assim que funciona, e, ao invés de falar, por que não levam logo para o acolhimento? Ela observa que somente quando vai o vice-prefeito ou em ações com pessoas importantes é que se têm atitudes de acolhimento. Informa que se necessita de fiscalização e detalha o porquê de só existirem acolhimentos à noite.

Karen pede para que ela conclua, e Gisele detalha que se tem sim que responder judicialmente quando não se tem esse retorno.

Karen passa a palavra para Darcy e Gisele retoma a fala e informa que estão cortando-a e que ela falou somente 3 minutos e que Cleiton, Roseli falaram mais do tempo permitido. Darcy pergunta quantos minutos ele tem para falar, Gisele mais uma vez informa que ela está sendo cortada e que pedirá um ofício para tirar Karen da coordenação, e questiona Karen sobre o que ela tem contra ela e que perseguição é essa. Gisele informa que Roseli e Cleiton não falaram coisas sobre a pauta dentro da reunião de zeladoria.

Alderon pede respeito pela reunião para que consigamos prosseguir com as denúncias dentro da reunião de zeladoria.

Karen intervém, explicando que precisou interromper a conselheira Gisele para poder se pronunciar. Ela recorda que, no início da reunião, foram estabelecidos limites de tempo de três a cinco minutos para as falas, mas que permitiu que Gisele concluísse sua intervenção. Karen enfatiza que está presidindo a reunião, mas que Luiza, a coordenadora presente, tem a palavra caso deseje se manifestar sobre algum ponto. Em seguida, Karen concede a palavra a Darcy.

Darcy apresenta uma proposta para um plano integrado de zeladoria urbana direcionado às áreas ocupadas pela população em situação de rua na cidade de São Paulo. Ele aponta a existência de tensões entre a necessidade de limpeza urbana e a presença da população em espaços públicos, que não possui outros locais para se abrigar. Darcy também menciona o conflito entre as necessidades dos moradores e comerciantes do centro e a situação da população em situação de rua. Ele considera importante estabelecer um plano com estratégias e ações coordenadas para a zeladoria urbana, em consonância com o decreto municipal 57.581 de 2017 e o decreto federal 7.053 de 2009, priorizando a dignidade humana e integrando políticas públicas intersetoriais. Darcy sugere a realização de mapeamento e diagnóstico, especialmente em situações sazonais, buscando o perfil demográfico dessa população de forma contínua, para além do censo, integrando todos os serviços que atuam diretamente com a população de rua. Ele menciona a importância de analisar o perfil demográfico, os padrões de deslocamento sazonal e as questões relacionadas a baixas e altas temperaturas. Darcy destaca a necessidade de identificar condições específicas de vulnerabilidade, ressaltando que a prefeitura possui diversas fontes de informação, e a importância de trabalhar de forma integrada em rede, utilizando um sistema único da Assistência Social, como o próprio Sisu, e incorporando dados e relatórios do Consultório na Rua, registros de abordagem, dados do 156 e outras centrais de atendimento da prefeitura. Darcy também propõe a atualização permanente de plataformas digitais para o registro de dados pelos agentes de campo, informações das 32 prefeituras com demandas e locais de ações da zeladoria, e um sistema de alerta automático para novas ocupações ou mudanças nas áreas mapeadas, considerando a pressão que essa população sofre pelo poder público devido à sua situação de rua e à dependência desses locais para sobreviver. Ele sugere diagnósticos de territórios e perfis de ocupações, sejam permanentes ou transitórias, classificação de áreas por risco, áreas com ocupação de menor impacto urbano, serviços de limpeza e coletas regulares, instalação de contêineres de coleta e limpeza de vias. Darcy enfatiza que a prática de deslocar a pessoa em situação de rua de uma calçada para outra ou de uma região para outra não soluciona o problema, apenas o dispersa.

Darcy ressalta a possibilidade de criar um programa eficaz em conjunto com essa população e com os equipamentos de serviços, incluindo a disponibilização de banheiros e bebedouros, mas observa que isso não tem ocorrido. Ele informa que a atuação da prefeitura é insuficiente e menciona a falta de divulgações e cronogramas mensais no site da prefeitura sobre as ações planejadas para evitar os problemas existentes. Darcy aponta que, apesar da passagem dos anos, não se observa uma mudança significativa, e acredita que isso não ocorre por falta de um programa ou propósito claro. Darcy propõe que, caso seja do interesse do comitê, se construa em conjunto um programa de ação para a prefeitura da cidade em relação à zeladoria urbana.

Karen retoma e pede para que se Darcy puder, mande também por e-mail essas propostas para que fique formalizado.

André próximo inscrito destaca a importância da fala de Darcy e destaca também a importância da fiscalização da SMADS em questão ao SEAS e o decreto da zeladoria urbana. André questiona se a denúncia que havia feito na gestão anterior foi levada adiante em relação as ações da zeladoria urbana. Ele destaca a importância de se cumprir o decreto, como quais itens pode e não se pode retirar, relata que é de suma importância se ter um respeito.

Mauricio e Veronica são os próximos inscritos, dentro da fala de Alderon.

Veronica relata que seu marido foi agredido e que levaram três carroças deles, e ainda, jogaram spray de pimenta no rosto dele quando foi pegar dentro de uma das carroças uma mala com itens pessoais, e com isso também não conseguiu pegar o contra lacre.

Mauricio informa que o caso dele é que alegaram que a carroça dele estava abandonada, mas que é uma inverdade, ele questiona como que a carroça estava abandonada se deram o tira lacre. Mauricio destaca que se preocupa como irá se manter e se alimentar, pois sua carroça era seu objeto de trabalho.

Alderon destaca no dia 15 de março, a prefeitura retirou as carroças e que eles foram na defensoria e que a defensoria deu um ofício para que eles comparecessem na subprefeitura buscar as carroças e chegando lá informaram que teriam que pagar uma multa de 2 a 3 mil reais, e eles voltaram na defensoria e a defensoria informou que abriria um procedimento e deram 1 mês de prazo, voltaram no dia 15 de abril e pegaram outro ofício e ficaram esperando na subprefeitura da Mooca e enviaram um ofício para o gabinete do Suplicy. Para o comitê Pop.Rua. Alderon destaca que a última informação que chegaram para eles foi o que o chefe de gabinete falou e nesse conteúdo tem a seguinte informação “Solicito o indeferimento, com razão da carroça do lacre x estar abandonada na calçada na parte interna na praça. Impedimento a livre circulação de pedestres. Confirme decreto 59.246 de 28 de fevereiro de 2020, a carroça se encontrava em local permanente, ocupando espaço de lazer a muito tempo.

Alderon ressalta que, como Mauricio trabalha com a carroça, a alegação da subprefeitura de que ela ficou parada por muito tempo não se sustenta, visto que eles a utilizavam para trabalhar. Veronica complementa, recordando que o dia em questão era um sábado.

Mauricio expressa sua indignação, considerando a situação uma falta de respeito, pois ficou apenas com a roupa do corpo. Ele questiona se alguma medida pode ser tomada diante do ocorrido, enfatizando o desrespeito com pessoas em situação de rua.

Alderon manifesta o desejo de que a coordenação ofereça auxílio para a recuperação das carroças.

Julia Lima, assessora do Deputado Eduardo Suplicy, informa que a Rede Rua formalizou contato através do envio do ofício 102 em 7 de abril. Ela detalha que o documento continha todas as informações relevantes, incluindo a numeração do contra lacre, e que diversos questionamentos foram feitos sobre a ação da subprefeitura, mas que ainda não obtiveram resposta. Adicionalmente, informa que a Secretaria de Direitos Humanos foi acionada, com a indicação dos artigos 13, 14 e 15 do decreto para a devida apuração da denúncia.

Julia Lima relata que a secretaria respondeu ao processo, informando sobre as formações de zeladoria urbana na subprefeitura da Mooca. Ela manifesta sua preocupação com a gravidade do caso e destaca que, diante da ausência de resposta formal por ofício, realizaram contato telefônico com a subprefeitura. A informação obtida foi a de que um processo administrativo seria instaurado e que nenhuma cobrança seria efetuada. Julia Lima enfatiza as violações dos artigos 10 e 11 do decreto: o artigo 10 proíbe a remoção de carroças, e o artigo 11 estabelece a entrega do contra lacre sem custos. Ela aponta que a subprefeitura já desrespeitou essas disposições e menciona o prazo de 45 dias. Julia Lima qualifica a retenção das carroças como roubo de pertences, motivado pela recusa em devolvê-las. Por fim, enfatiza a urgência de que a secretaria e o comitê investiguem a situação.

Roberta salienta a suma importância de que Julia Lima encaminhe essas informações por e-mail para que ela possa realizar uma análise. Ela também destaca a necessidade de verificar as informações e informa que se faz necessário que a secretaria entre em contato com a subprefeitura, juntamente com Julia Lima.

Julia Lima reforça que a situação deve ser formalmente registrada dentro do comitê de zeladoria. Ela sugere que Mauricio também pode considerar entrar com uma ação contra a prefeitura.

Veronica questiona quais medidas pode tomar em relação a não ter conseguido obter o contra lacre e expressa sua preocupação em desenvolver depressão devido à ausência de sua carroça, que é seu meio de trabalho.

Roberta pergunta a Mary qual atitude tomar e sugere que pensem de forma conjunta em relação à questão do contra lacre.

Mary enfatiza a importância desse pensamento coletivo sobre o que pode ser feito de forma geral, tendo escutado todo o contexto trazido por Veronica.

Erico Casagrande informa que verificará a situação, dará um tratamento adequado e identificará os responsáveis. Alderon solicita o e-mail para que possa enviar as denúncias e ofícios para análise e recuperação das carroças, e ressalta que todos os procedimentos para a recuperação já foram realizados. Alderon também menciona a importância de uma articulação entre todos.

Julia Lima informa que o ofício foi encaminhado ao secretário de subprefeituras Fabricio e à secretária Regina Santana no dia 7 de abril.

Karen menciona que está enfrentando problemas técnicos e sem acesso. Ela aborda a conselheira Gisele sobre o motivo de ter sido retirada da reunião, afirmando que a reunião estava sendo produtiva e pedindo desculpas por qualquer contratempo.

Karen esclarece que não tem nada pessoal contra Gisele, mas havia uma necessidade de removê-la naquele momento para que pudesse ter o segmento da reunião.

Alderon introduz a pauta de outro caso, detalhando a situação da Rua Vanderlei como a segunda pauta, que também considera muito grave. Ele relata que o gás utilizado ainda estava muito forte, que a pessoa tinha sua barraca e um bom relacionamento com os vizinhos. Alderon filmou a ação, na qual pediram e fotografaram o documento da pessoa, e alega que a GCM ameaçou Fernando repetidamente com spray de pimenta. Ele destaca que Fernando não foi avisado previamente sobre a ação e que não houve manifestação do SEAS. Alderon questiona esse novo procedimento da zeladoria com armas de cano longo e gás de pimenta, tratando-se de uma pessoa com boa relação na vizinhança, e informa que já enviou o caso para a coordenação de População de Rua, que já deu um retorno informando o encaminhamento ao órgão competente.

Alderon detalha que propostas estão em discussão e enfatiza a importância de trazer a coordenação da GCM para uma conversa e um diálogo sobre as abordagens, pedindo que esses conflitos sejam minimizados e solicitando uma atenção especial da coordenação. Também gostaria de acrescentar a questão da intimidação de fotografar e filmar as pessoas e a forma como os documentos são solicitados.

Julia Lima considera a denúncia de Alderon gravíssima e informa que, caso ele deseje, pode oficializá-la também através do mandato de Eduardo Suplicy, ressaltando a necessidade de acompanhamento próximo das denúncias pelo subcomitê de zeladoria urbana.

André agradece a todos e informa que conseguirá dar continuidade ao comitê.

Cleiton Ferreira pede desculpas pelo impasse com Gisele e esclarece que a questão não é pessoal, mas sim relacionada ao "É DE LEI". Ele enfatiza a importância de conversar com a coordenação da GCM.

Sendo o que havia para o momento, a reunião é encerrada.

### Encaminhamentos

	<b>Descrição dos encaminhamentos</b>	<b>Data</b>	
<b>1</b>	Caso de Mauricio e Veronica – entrar em contato com a Subprefeitura da Mooca	30/04/2024	

2	2.1 Devolutivas de água (Cleiton), e Comunidade Vila Moinho  2.2 Programa de auxílio aluguel: solicita esclarecimentos acerca da lentidão da fila (Roseli)	30/04/2024	SMADS
3	Fazer uma reunião com NDS e Comitê Pop.Rua	30/04/2024	SMADS
4	Entrar em contato com coordenação da Guarda Civil Metropolitana – solicitar uma reunião.	30/04/2024	CPPSR
5	Proposta de programa para a prefeitura da cidade em relação à zeladoria urbana.	30/04/2024	CPPSR



**Karen Fernanda dos Santos Barbosa**

**Assessor(a) III**

Em 26/05/2025, às 14:21.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **126319426** e o código CRC **A53045B0**.